
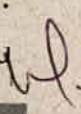




ATA DA REUNIÃO DO DIA 02.06.2010

00 Ao segundo dia do mês de junho de dois mil e dez, às 14 horas, na Biblioteca do
01 Cerrado, localizada no Parque da Cidade, reuniram-se: GUSTAVO SOUTO MAIOR
02 SALGADO (Presidente do IBRAM); EDUARDO HENRIQUE FREIRE (Superintendente de
03 Licenciamento e Fiscalização - Sulfi/Ibram) JOÃO SANTANA MAUGER (Superintendente
04 de Gestão de Áreas Protegidas - Sugap/Ibram), VÂNIA CERQUEIRA BARBOSA
05 (Superintendente de Programas, Estudos e Monitoramento - Supem/Ibram); HAROLDO
06 DA SILVA (Chefe da Unidade de Administração Geral - UAG/Ibram); JAQUELINE SOUZA
07 SOARES REIS (Chefe da Procuradoria Jurídica do Ibram - (Proju/Ibram); DANIELLY
08 FERREIRA (Dilam/Sulfi/Ibram); LEIDER ALVES DE OLIVEIRA (Diemp/Supem/Ibram);
09 MARIANA MUNHOZ DA MOTA (Proju/Ibram); MARCOS PAULO GONÇALVES DA SILVA
10 (Dilam/Sulfi/Ibram); ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO (Dilam/Sulfi/Ibram); CAIO CÉSAR
11 TEOBALDO (Dipar/Sugap/Ibram); ANDREA DA ROSA PEREIRA (Diemp/Supem/Ibram);
12 MIRIAN DOS ANJOS SANTOS (Gecal/Dilam/Sulfi/Ibram); PAULA ROMÃO DE OLIVEIRA
13 (Gelum/Dilam/Sulfi/Ibram); HUGO RODRIGUES BEZERRA (Proju/Ibram); PEDRO DE
14 OLIVEIRA MAGALHÃES (Proju/Ibram) e; os membros da Secretaria Executiva da CCA,
15 MARIA IZABEL BRAGA WEBER VANDERLEI e RICARDO RORIZ, para dar início aos
16 trabalhos da terceira reunião do ano de 2010 da Câmara de Compensação Ambiental,
17 instituída pela Instrução nº 24, publicada no DODF nº 70, de 13 de abril de 2010. A
18 representante da Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental -
19 SECCA, Sra. Maria Izabel Braga W. Vanderlei iniciou os trabalhos apresentando a
20 pauta aos participantes. Constava naquela, a apresentação pelo Grupo de Trabalho
21 designado para definir o método de cálculo para cobrança de Compensação



22 Ambiental, o produto final de seus estudos e a posterior apreciação por parte da
23 Câmara. A Sra. Izabel passou a palavra para o coordenador do Grupo de Trabalho
24 Ricardo Roriz que deu início a apresentação (em Power Point) da proposta elaborada
25 pelos integrantes do Grupo instituído pela Instrução n.º 25 de 31 de março de 2010,
26 publicada no DODF n.º 70 do dia 13 de abril de 2010 e retificada no DODF n.º 86 de 6 de
27 maio de 2010. A apresentação foi dividida em tópicos e explanada pelos membros do
28 Grupo, de acordo com o Anexo desta Ata. Ao final da apresentação do Grupo surgiram
29 algumas indagações por parte dos membros da CCA em relação ao método proposto.
30 O Sr. Eduardo comentou sobre as questões das fito fisionomias listadas na Planilha
31 para o cálculo do Fator Ambiental (Flora) do Grau de Impacto. Questionou sobre a
32 necessidade ou não de inclusão de campos rupestres na lista de fito fisionomias e que
33 o peso dos campos de murundus estariam baixos. O Sr. Caio Teobaldo afirmou que os
34 pesos das fito fisionomias foram exaustivamente discutidas entre os especialistas do
35 Ibram, chegando a esta ponderação e afirmou que a inclusão de campos rupestres
36 seria efetivada. O Sr. Eduardo levantou a questão dos problemas com a utilização do
37 termo Área Circundante, devido à revogação da Resolução n.º 13 que trata do assunto,
38 sendo melhor, portanto, utilizar-se de outro critério para graduar o impacto no que
39 tange à localização do empreendimento. O grupo acatou a sugestão e afirmou que
40 analisaria através de outro critério. O Sr. Eduardo reforçou algo que o grupo já havia
41 decidido após intensa discussão, qual seja, a retirada de Áreas circundantes de Áreas
42 de Preservação Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, como
43 critério de gradação para a localização. O Sr. Eduardo levantou a questão da adição
44 de solo alóctone com o advento da instalação do empreendimento, o que gerou um
45 debate entre os membros do Grupo e o Colegiado da Câmara, concluiu-se que deveria 
46 entrar como critério de gradação de impacto no Fator Ambiental (Solo) a questão
47 orientadora que perguntava se havia introdução de solo ou material particulado
48 alóctone no local do empreendimento, o que não havia antes. Neste momento a Sra.
49 Vânia perguntou aos membros do Grupo se haveria algum tipo de benefício ou 

50 desconto para os casos em que os empreendimentos fossem de utilidade pública. A
 51 Sra. Andréa, em nome do grupo afirmou que o fato do empreendimento ser de
 52 utilidade pública o torna viável social e economicamente, mas não o exime de
 53 compensar por um possível dano ambiental que sua instalação possa causar. Em
 54 contrapartida o Sr. Eduardo se colocou ao lado da Sra. Vânia afirmando que poderia
 55 ser utilizado sim um fator redutor do Grau de Impacto para o caso de
 56 empreendimentos de utilidade pública. O Grupo se colocou à disposição para discutir
 57 internamente uma forma de resolver este dilema, o que foi aceito pelo colegiado. A
 58 Sra. Vânia iniciou um debate sobre o limite máximo que o Grau de Impacto poderia
 59 alcançar; segundo a mesma, o valor da compensação ambiental poderia chegar a um
 60 valor extremamente alto, podendo inviabilizar diversas atividades econômicas, além
 61 de incentivar a ilegalidade. O Sr. Ricardo e o Sr. Marcos Paulo intervieram dizendo
 62 que apesar de o máximo matemático alcançado pelo GI ser realmente elevado, seria
 63 extremamente difícil chegar perto dele, somente em casos excepcionais, e que em
 64 diversos estudos de casos feitos pelo grupo, inclusive com atividades de grande
 65 impacto ambiental, o GI não se mostrou tão elevado. O Sr. Eduardo questionou os
 67 integrantes do Grupo se as atitudes verdes descritas no método deveriam ser
 68 realizadas na área do empreendimento. O Sr. Antonio e o Sr. Marcos Paulo
 69 responderam ao superintendente que não era necessário que as atividades verdes
 70 fossem na mesma área do empreendimento, mas preferencialmente. Por fim, a Sra.
 71 Vânia pediu que levantássemos informações sobre a possibilidade de o programa
 72 Cérberus colaborar com os técnicos do licenciamento no momento de encontrar o
 73 grau de impacto no que tange ao critério localização. O grupo concordou com a idéia
 74 e disse que entraria em contato com os servidores responsáveis pelo software para
 75 analisar esta possibilidade. Ao final da apresentação do método e dos debates,
 76 críticas e sugestões feitas pelos membros da Câmara, a Sra. Miriam, juntamente com
 77 a Sra. Paula fizeram elogios ao empenho e competência do grupo, elogios estes
 78 reforçados pelo Sr. Eduardo e pela Sra. Vânia. Finalmente a reunião se deu por



79 encerrada pelo coordenador do Grupo de Trabalho que agradeceu a presença e
80 compreensão de todos os participantes. Nada mais foi dito nem decidido. Eu, Ricardo
81 Roriz, membro da Secretaria Executiva da CCA, lavrei a presente ata, que lida e
82 aprovada, vai assinada pelos membros abaixo.

GUSTAVO SOUTO MAIOR SALGADO
Presidente do Ibram

MARIA IZABEL BRAGA WEBER VANDERLEI
Presidente Substituta da CCA

HAROLDO DA SILVA
Unidade de Administração Geral – UAG

JOÃO SANTANA MAUGER
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP

VÂNIA CERQUEIRA BARBOSA
Superintendência de Programas, Estudos, e Monitoramento – SUPEM

JAQUELINE SOARES REIS
Procuradoria Jurídica – PROJU

EDUARDO HENRIQUE FREIRE
Superintendência de Licenciamento e Fiscalização